

HABEAS CORPUS Nº 482.914 - PR (2018/0327448-5)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : RONALDO CAMILO E OUTRO
ADVOGADOS : RONALDO CAMILO - PR026216
ELICHIELLI GABRIELLI PERILIS - PR034619
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : JOAO VIEIRA CARDOSO FILHO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de JOÃO VIEIRA CARDOSO FILHO apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (HC n. 0048671-09.2018.8.16.0000).

Consta dos autos ter sido decretada a prisão temporária do paciente em razão da suposta prática do crime de homicídio qualificado.

Impetrado *habeas corpus* no Tribunal de origem objetivando a expedição de contramandado de prisão, do pedido parcialmente se conheceu e, nessa parte, foi denegada a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 19):

HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO TEMPORÁRIA. AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS AUTORIZADORES DA MEDIDA, PRESENÇA DE CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS E POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES SUBSTITUTIVAS. QUESTÕES JÁ APRECIADAS NO JULGAMENTO DE HABEAS CORPUS ANTERIORES. AUSÊNCIA DE ALTERAÇÃO FÁTICA APTA A MODIFICAR O QUADRO PRISIONAL. NÃO CONHECIMENTO. PACIENTE QUE PERMANECE FORAGIDO HÁ CERCA DE SETE (07) MESES. MANDADO PRISIONAL AINDA NÃO CUMPRIDO. EXCESSO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DAS INVESTIGAÇÕES POLICIAIS. IMPOSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO. ORDEM DE HABEAS CORPUS CONHECIDA EM PARTE E DENEGADA.

No presente *writ*, sustentam os impetrantes inexistir motivação idônea para a ordem de prisão temporária do paciente, asseverando que ele faz jus ao direito de responder ao inquérito policial e à eventual ação penal em liberdade.

Afirmam haver excesso de prazo para a conclusão do inquérito policial, enfatizando que, "conforme determina a lei, o prazo para conclusão do inquérito será de 30 dias, e conforme se verifica nos autos o mandado de prisão temporário foi expedido

dia 02 de Maio de 2018 e ainda não foi concluído o inquérito" (e-STJ fl. 12).

Buscam, inclusive liminarmente, a expedição de contramandado de prisão em favor do paciente, ainda que condicionado ao cumprimento de medidas cautelares alternativas.

O pleito urgente foi indeferido (e-STJ fls. 55/57).

Informações prestadas às e-STJ fls. 61/238 e 240/304.

Parecer ministerial pela denegação da ordem (e-STJ fls. 306/313).

Informações atualizadas prestadas às e-STJ fls. 315/323.

É, em síntese, o relatório.

Consoante informações prestadas pelo Juízo da 1ª Vara da Sarandi/PR, verifica-se que o paciente, na data de 15/1/2019, nos autos da Processo n. 0000041-87.2019.8.16.0160, foi beneficiado com a concessão da liberdade provisória.

Nessas circunstâncias, havendo a superveniência de decisão judicial concedendo ao ora paciente o benefício da liberdade provisória, o presente *habeas corpus* – que objetivava, justamente, a liberdade do paciente – perdeu seu objeto.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator